

---

**A avaliação jornalística: análise de procedimentos avaliativos em  
reportagens impressas**

La evaluación periodística: análisis de los procedimientos avaliativos en los  
artículos impresos

The journalistic evaluation: analysis of evaluative procedures in news  
articles printed

Recebido em: 21 set. 2013

Aceito em: 31 mar. 2014

---

**Gustavo Ximenes CUNHA**

Universidade Federal de Alfenas (Alfenas-MG, Brasil)

Doutor em Linguística pela UFMG. Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Contato: [ximenescunha@yahoo.com.br](mailto:ximenescunha@yahoo.com.br)

## RESUMO

---

Este trabalho estuda a avaliação no discurso jornalístico, para caracterizar os procedimentos empregados por jornalistas para avaliar pessoas e acontecimentos nos segmentos narrativos de reportagens. Com este trabalho, a finalidade é contribuir para uma melhor compreensão do modo como os jornalistas representam a realidade nas narrativas das reportagens e do modo como o ato de avaliar está profundamente articulado a essa representação.

Palavras-chave: Avaliação; Discurso jornalístico; Narrativa.

## RESUMEN

---

Este trabajo estudia la evaluación en el discurso periodístico, para caracterizar los procedimientos usados por los periodistas para evaluar la gente y acontecimientos en los segmentos narrativos de los artículos. Con este trabajo, el propósito es contribuir para una comprensión mejor de la manera como los periodistas representan la realidad en las narrativas de los artículos y de la manera como el acto de evaluar profundamente se articula a esta representación.

Palabras-clave: Evaluación; Discurso periodístico; Narrativa.

## ABSTRACT

---

This paper studies the evaluation in the journalistic discourse, to characterize the procedures used by journalists to evaluate people and events in the narrative segments of news articles. With this paper, the purpose is to contribute for one better understanding in the way as the journalists represent the reality in the narratives of the news articles and the way as the act to evaluate is deeply articulated to this representation.

Keywords: Evaluation; Journalistic discourse; Narrative.

## Introdução

A visão de que o discurso jornalístico constitui um espelho da realidade ou de que por meio desse discurso o jornalista procura reproduzir a realidade tal qual esta se apresenta é bastante ingênua. Uma visão como essa, subjacente ainda a muitos manuais de jornalismo e de escrita jornalística, parte de dois pressupostos já há muito considerados falsos. O primeiro é o de que a linguagem seria transparente em relação ao mundo empírico ou dito “real”. Assim, entre o mundo representado pela linguagem e o mundo empírico, haveria uma relação de correspondência total e biunívoca, como se a linguagem de modo geral e a jornalística em particular pudessem funcionar como fotografias do mundo (PENA, 2008).

A falsidade desse pressuposto está no fato de que os mundos representados por meio da linguagem são produto da subjetividade do locutor e, inevitavelmente, de sua visão de mundo, de seus conhecimentos prévios, de seus preconceitos, de seus interesses políticos e econômicos, etc. No que refere à linguagem jornalística, subjaz ao trabalho de estudiosos do discurso das mídias a ideia de que “a visão de mundo do jornal paira sobre seu produto e é indissociável de qualquer um dos seus recursos expressivos e de seus conteúdos” (HERNANDES, 2006: 29). É essa ideia que leva Kerbrat-Orecchioni (1997: 131) a dizer que “o discurso jornalístico se caracteriza precisamente pelo fato de que, mesmo quando ele não recorre a procedimentos tão visíveis, carrega claramente a marca do lugar ideológico de onde fala o emitente”.

O segundo pressuposto, decorrente do primeiro, é o de que o discurso jornalístico, principalmente o que se materializa em notícias e em reportagens, seria neutro e objetivo, porque revelaria a “verdade” por trás dos fatos (LAGE, 2009). A linguagem carrega sempre as marcas do trabalho interpretativo do sujeito sobre a realidade. Sendo assim, não há discurso neutro e objetivo em si mesmo e que seja portador de uma verdade independente da visão do produtor desse discurso.

Em outros termos, a objetividade e a neutralidade que acreditamos encontrar em uma notícia é antes um efeito provocado pela maneira como ela foi construída. Ao relatar um fato de forma objetiva, o jornalista tenta criar a impressão de que o fato apresenta-se ao destinatário tal como aconteceu e tenta apagar a maneira como a realidade foi interpretada segundo o sistema de valores de um veículo de comunicação (CHARAUDEAU, 2006, CUNHA, 2008). E o julgamento do leitor de que a verdade está ali é fruto de seu trabalho interpretativo, da maneira como ele interage com o autor

por meio da notícia, do modo como aceita ou não a forma como o jornalista expressa uma visão dos acontecimentos, do grau de convergência de seus valores e daqueles veiculados pelo jornalista e validados (ou impostos) pelo veículo de comunicação para o qual trabalha (Van DIJK, 1988, HERNANDEZ, 2006).

Assumindo a concepção de que a linguagem não é neutra, este trabalho investiga os procedimentos avaliativos empregados por jornalistas num domínio onde o discurso jornalístico é supostamente mais neutro: as narrativas presentes no interior de reportagens. Assim, este trabalho apresenta um estudo sobre a avaliação no discurso jornalístico, com o fim de caracterizar os procedimentos empregados por jornalistas para avaliar pessoas e acontecimentos nos segmentos narrativos de reportagens.

Para isso, apresentamos, inicialmente, a pesquisa de que este trabalho faz parte. Em seguida, definimos a avaliação, aqui entendida como uma seção ou episódio específico da narrativa jornalística. Por fim, expomos uma série de procedimentos linguístico-discursivos por meio dos quais a avaliação se torna mais evidente nas reportagens investigadas.

#### A construção da narrativa em reportagens

Em Cunha (2013), procedemos a um estudo sistemático do tipo narrativo do gênero reportagem, ou seja, estudamos o modo como os jornalistas constroem as narrativas presentes em reportagens. Essa investigação se baseou na análise de um corpus constituído por dezesseis reportagens publicadas nas edições de janeiro de 2010 das revistas semanais de informação *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*.

Apoiando-se nos postulados teóricos e metodológicos de um modelo da Análise do Discurso, o Modelo de Análise Modular do Discurso (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, MARINHO, 2004), a pesquisa se fez em três etapas. Na primeira, foi feita a definição do tipo narrativo da reportagem, isto é, do esquema narrativo típico com o qual os jornalistas produzem sequências narrativas no interior de reportagens. Na segunda, realizou-se o estudo de uma série extensa de propriedades linguístico-discursivas dos segmentos ou sequências das reportagens em que o tipo narrativo se manifesta ou se concretiza. Por fim, a terceira etapa investigou como o contexto em que se dá a interação pode influenciar na construção das sequências, levando o jornalista a seguir as expectativas ligadas ao tipo narrativo da reportagem ou a contrariar essas mesmas expectativas.

Este trabalho apresenta parte dos resultados alcançados nas duas primeiras etapas, concentrando-se nos procedimentos utilizados pelos jornalistas para, no interior das sequências narrativas, avaliar acontecimentos e personagens.

Na primeira etapa, os estudos mostraram que o tipo narrativo da reportagem se constitui de uma representação referencial composta por seis episódios, que podem ser entendidos como etapas características de construção de uma narrativa jornalística. Esses episódios são: *sumário*, *estágio inicial*, *complicação*, *avaliação*, *resolução* e *estágio final*. A caracterização de cada episódio, detalhadamente exposta em Cunha (2013), se pautou na percepção de elementos recorrentes em um *corpus* de sequências narrativas. Esse corpus se constitui de 129 sequências narrativas extraídas das dezesseis reportagens mencionadas.

Na parte inicial de 64 sequências narrativas do corpus, foi constatada a presença de um segmento discursivo em que o jornalista oferece indicações sobre o conteúdo de que trata a sequência narrativa. A recorrência de segmentos com essa característica levou à proposição do episódio *sumário*. A leitura desse episódio motiva perguntas como estas: Como?, Por quê?, Como assim?, perguntas que são respondidas no restante da narrativa. Nesse sentido, o sumário parece constituir um recurso com o qual o jornalista, para captar o leitor e mantê-lo no processo da leitura, lança uma “isca”, intrigando-o a respeito da relevância de acontecimentos que ele supostamente desconhece e que serão narrados nos episódios seguintes.

Em 98 sequências narrativas, há um segmento em que o jornalista oferece as coordenadas temporais e/ou espaciais dos acontecimentos tratados na sequência ou fornece informações que contextualizam esses acontecimentos. A presença desses segmentos em sequências narrativas de reportagens impressas parece se dever à busca do jornalista por atender à exigência de credibilidade do leitor, que, para crer na veracidade do que lhe é informado, precisa de informações acerca do momento e do local dos acontecimentos, bem como das circunstâncias que motivaram sua emergência (CHARAUDEAU 2006). Esses segmentos foram reunidos sob o conceito de *estágio inicial*.

Ao tratar da forma como as mídias de modo geral selecionam os acontecimentos, observa Charaudeau (2006: 101): “Sendo a finalidade da informação midiática a de relatar o que ocorreu no espaço público, o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, de ‘socialidade’ e

de ‘imprevisibilidade’”. Nas análises, verificou-se que as sequências narrativas refletem, na concisão de sua estrutura, esse princípio geral, ao trazerem sempre um segmento que, de alguma forma, contribui para reforçar o potencial de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade dos acontecimentos centrais da reportagem.

De fato, em todas as sequências narrativas, há um segmento cuja temática desenvolve as informações expressas no subtítulo da reportagem e/ou no sumário da sequência narrativa, quando esta apresenta esse episódio. Nesse segmento, o jornalista tematiza acontecimentos centrais que motivaram a própria escrita da reportagem e em relação aos quais os demais episódios indicam um antes e um depois, apresentam esclarecimentos e justificativas ou expressam uma postura avaliativa por parte de alguma instância enunciativa. A recorrência de segmentos com essas características levou a propor um episódio, que denominamos *complicação*.

Em 85 sequências narrativas, foram identificados segmentos em que o jornalista ou um personagem do mundo representado avalia acontecimentos expressos em outros episódios. Nesses segmentos, reunidos sob o episódio *avaliação*, é possível responsabilizar uma instância enunciativa por um ponto de vista acerca da informação expressa em quaisquer outros episódios do tipo narrativo, com exceção do sumário, que, talvez por apresentar uma natureza avaliativa, não foi objeto de avaliação em nenhuma sequência do corpus. Esse episódio, que constitui o foco deste trabalho, será detalhadamente exposto no próximo item.

Em 91 sequências do corpus, o jornalista trata do resultado do acontecimento expresso na complicação, indicando que esse acontecimento deu origem a outros e satisfazendo a necessidade do leitor/cidadão de ser informado de toda a cadeia de acontecimentos, cujo cerne é a complicação. A recorrência dos segmentos que expressam esses outros acontecimentos levou à proposição do episódio *resolução*.

Em 38 sequências narrativas do corpus, o jornalista traz um segmento que apresenta o momento final dos acontecimentos expressos na sequência. Em reportagens, esses segmentos indicam as ações ou as situações que estão mais próximas do momento da enunciação (a publicação da reportagem). Nesse sentido, eles têm como função indicar que os acontecimentos expressos ao longo da sequência narrativa resultaram em um estado ou em uma ação final que, ainda *agora*, no momento em que a reportagem é publicada, tem relevância para o leitor/cidadão e pode, de alguma forma, interferir em

suas atitudes. Com base nesses segmentos, foi proposta a incorporação ao tipo narrativo da reportagem do episódio *estágio final*.

Na segunda etapa da pesquisa, os estudos mostraram que cada episódio, inclusive a avaliação, se caracteriza por uma série recorrente de marcas linguístico-discursivas, como conectores, tempos verbais, formas de citação do discurso alheio, etc. O estudo dessas marcas é importante, porque, de um lado, elas auxiliam o estudioso a identificar com maior precisão os episódios e, por outro, são recursos com os quais o jornalista procura alcançar de maneira mais eficaz determinados fins junto ao leitor.

A continuação deste trabalho apresenta, inicialmente, a caracterização da avaliação, conforme os resultados alcançados na primeira etapa do estudo. Em seguida, expõe as características linguístico-discursivas desse episódio, as quais foram estudadas na segunda etapa.

#### Caracterizando o episódio avaliação do tipo narrativo da reportagem

Nas sequências narrativas de reportagens, são recorrentes segmentos em que o próprio jornalista ou um personagem avalia acontecimentos expressos em outros episódios. Nesses segmentos, que correspondem ao episódio avaliação, é possível atribuir a uma instância enunciativa um ponto de vista acerca da informação expressa em quaisquer outros episódios do tipo narrativo.

A incorporação desse episódio ao tipo narrativo da reportagem busca dar conta do fato de que, muitas vezes, o jornalista interrompe a narração dos acontecimentos para apresentar uma avaliação desses mesmos acontecimentos, revelando por que o leitor deve interpretá-los como sendo interessantes, surpreendentes, preocupantes, absurdos, graves, importantes, etc.

Considerando o responsável pelo ponto de vista ou opinião, é possível separar em dois tipos maiores as avaliações presentes em sequências narrativas de reportagens. De um lado, estão aquelas cuja responsabilidade enunciativa recai sobre o jornalista. Ou seja, nesse caso, é o próprio jornalista quem faz a avaliação. De outro lado, agrupam-se as avaliações cujos responsáveis são personagens do mundo representado. Nessas, o jornalista encena personagens realizando avaliações.

Distinguir as avaliações pelo critério da responsabilidade enunciativa é interessante, porque revela dois recursos argumentativos distintos de que o jornalista pode lançar mão, os quais revelam que, de fato, a objetividade do discurso jornalístico é um mito.

Ao se responsabilizar por uma opinião, o jornalista evidencia para o leitor que a apresentação dos acontecimentos resulta de um processo subjetivo de interpretação desses mesmos acontecimentos e que, portanto, a reportagem, como não poderia deixar de ser, é fruto da visão parcial de um agente inserido em um determinado quadro histórico e social. O risco que o jornalista corre ao empregar esse recurso é o de comprometer sua credibilidade ou de fazer ruir a imagem de profissional cuja intenção única seria revelar os fatos, apresentando-se como mediador imparcial entre a realidade e o leitor (BURGER, 2004, CHARAUDEAU, 2006). Mas, se a opinião expressa pelo jornalista identifica-se com a visão de mundo do leitor, o abalo da credibilidade jornalística é amenizado ou até evitado, já que, nesse caso, o jornal ou a revista expressa o que o leitor sente ou crê.

É o caso, por exemplo, de jornalista que, em reportagem sobre um desastre natural ocorrido na periferia de uma grande cidade, apresente a situação de penúria vivida pelos moradores afetados e, em seguida, diga: “É lamentável essa situação”. Uma avaliação como essa, que revela a subjetividade de alguém que interpreta e não apenas mostra os acontecimentos, não comprometerá a credibilidade do jornalista junto a um leitor que também considere lamentável a situação de moradores de uma área afetada por um desastre natural.

Já a estratégia de responsabilizar um personagem por uma opinião pode ser um recurso usado pelo jornalista para atribuir a outra instância uma opinião com a qual concorda, mas que, por pressões de diferentes ordens, não pode assumir (HERNANDEZ, 2006). Assim, se um jornalista considera um absurdo o desvio de dinheiro público praticado por figura política de determinado partido, essa opinião, em sua reportagem, pode ser atribuída a uma figura política do partido oposto.

Da mesma forma, o recurso de atribuir opiniões a personagens pode ser usado pelo jornalista para expressar distância ou discordância em relação a uma figura do espaço público, exatamente aquela a quem atribui uma dada opinião. É o caso de declarações levianas dadas por uma celebridade sobre assunto de interesse nacional. Elas, numa reportagem, podem aparecer não com o fim de levar o leitor a crer no que é dito, mas com o fim de revelar a superficialidade ou o disparate do que é dito.

No interior de cada um desses dois grupos de avaliações, existem subtipos, que se referem ao tipo de ação realizada pelo jornalista ou por algum personagem ao avaliar



(esclarecer, reclamar, prever, criticar, contestar, etc). A seguir, apresento os dois tipos de avaliações e seus subtipos correspondentes.

1) Por meio da avaliação, o próprio jornalista faz:

a) uma denúncia.

- (01) <sup>1</sup>(Com) Por meio de uma câmera de celular, parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico para asfixiar sua vítima, que desmaiou. (Res) Diante da barbárie registrada em vídeo, Araújo foi demitido e responderá a processo. (Av) Na maioria das vezes, no entanto, os agressores ficam impunes.

Na avaliação dessa sequência, o jornalista comenta a resolução e faz uma denúncia, ao afirmar que, diferentemente do que ocorreu com o torturador Araújo, aqueles que cometem torturas no país costumam ficar impunes. Dessa forma, ele expressa o seu ponto de vista acerca da falta de punição para os torturadores.

b) um esclarecimento (que não precisa ser imparcial).

- (02) (Su) A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. (Com) Em Angra dos Reis, por exemplo, o governo já afirmou que cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco. Em São Luiz do Paraitinga, cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas, e muitas delas não têm mais para onde ir. (Av) Esses são os exemplos recentes. Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante.

Nessa avaliação, o jornalista faz um esclarecimento sobre as informações expressas na complicação, ao informar que os desabrigados de Angra dos Reis e de São Luiz do Paraitinga exemplificam um problema maior, que vem se alastrando.

---

<sup>1</sup> Nas sequências, os nomes dos episódios aparecem abreviados: sumário (Su), estágio inicial (EI), complicação (Com), avaliação (Av), resolução (Res), estágio final (EF). Como já exposto, as sequências foram extraídas de reportagens publicadas nas revistas *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Não informo à qual revista pertence cada sequência, porque o objetivo deste trabalho é investigar os procedimentos avaliativos usados pelos jornalistas de modo geral e não pelos jornalistas desta ou daquela revista.

c) uma crítica.

- (03) (Su) Na semana que passou, requintes de desfaçatez. (Com) Arruda conseguiu colocar aliados no domínio das comissões que vão investigá-lo. Como se não bastasse, o deputado distrital que apareceu para todo o Brasil colocando notas de dinheiro na meia, Leonardo Prudente, voltou a presidir a Câmara Legislativa (Av) para ajudar a salvar a pele do chefe.

Na avaliação, o jornalista critica a atitude do deputado Leonardo Prudente, expressa na complicação, de voltar a presidir a Câmara Legislativa de Brasília. Segundo o jornalista, o deputado tomou essa atitude para ajudar o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

d) um elogio.

- (04) (EI) Ao cabo de quatro meses de trabalho, (Com) é possível afirmar que as análises do TCU seguem critérios técnicos e estão bem fundamentadas, (Av) já que se baseiam em cifras e cruzamentos de informações que não deixam dúvidas a respeito das irregularidades.

Ao dizer, na avaliação, que as análises do Tribunal de Contas da União (TCU) não deixam dúvidas a respeito das irregularidades em obras públicas, o jornalista faz um elogio à atuação do órgão. Assim, é possível perceber ou inferir qual é o ponto de vista do jornalista sobre o TCU.

e) uma previsão.

- (05) (Su) Um compromisso delicado aguarda o presidente Lula na volta de suas férias, nos próximos dias. (EI) Da praia do Guarujá, no litoral paulista, onde passou a semana passada, ele convocou para uma reunião o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e o brigadeiro Dirceu Tondolo Nolo, responsável pela Copac, comissão que coordena o programa FX-2, que resultará na bilionária compra de 36 jatos de combate para a Força Aérea Brasileira (FAB). (Com) Lula e Jobim querem saber como um relatório indicando o caça Gripen NG, da empresa sueca Saab, como o favorito dos militares para vencer a concorrência – disputada

também pelo francês Rafale, da Dassault, e o americano F-18 Super Hornet, da Boeing – vazou para a imprensa no início da semana passada, constringendo o presidente e o ministro e acirrando uma crise entre eles e os comandos das Forças Armadas. A julgar pelo relatório divulgado pelo jornal “Folha de S. Paulo”, a Copac fez ouvidos moucos à recomendação de Jobim para que a análise técnica não hierarquizasse os três aviões finalistas e apresentou uma classificação em que prioriza o preço em detrimento de requisitos técnicos, logísticos, de transferência tecnológica e contrapartidas industriais (off-set). (Av) O episódio pode terminar com a punição dos membros da Copac e ainda precipitar a decisão pela escolha do avião francês, favorito do governo.

Como os jornalistas costumam tratar de acontecimentos complexos, que podem se desdobrar durante longos períodos, em algumas avaliações, como na da sequência acima, o jornalista faz previsões sobre acontecimentos futuros.

2) Por meio da avaliação, o jornalista encena personagens (policiais, ministros, empresários, presidentes de empresas, delegados, governadores, especialistas, integrantes da população, etc) fazendo:

a) uma reclamação.

- (06) (Su) O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. Ao redor dos trabalhadores, um cenário de destruição. (Com) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro. (Av) De uniforme azul, o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta: “Hoje derrubo a casa dos outros. Amanhã pode ser a minha”.

É interessante notar que, embora seja Crispim Antonio de Souza a instância responsável pela reclamação, é o jornalista quem, por meio do verbo de fala *lamenta*, expressa a natureza dessa reclamação.

b) uma acusação.

- (07) (EI) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, (Com) só se gastou 1,17% em ações preventivas. (Av) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil. Para ele, no Estado

do Rio a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave “porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”.

Nessa avaliação, o jornalista representa o governador do Rio de Janeiro acusando governantes precedentes e a população de serem responsáveis por catástrofes naturais. Assim, o jornalista faz parecer que o governador tem um ponto de vista desfavorável em relação a outros governantes e à própria população.

c) uma previsão.

- (08) (EI) O projeto [de construção do túnel do futuro metrô de Fortaleza] começou a ser tocado em 1999. (Av) A previsão inicial era que ficasse pronto em 2002, ao custo de 357 milhões de reais. (Com) Em 2007, quando o governo federal encampou a obra, (Res) seu valor foi recalculado para 681 milhões de reais.

Na sequência, o jornalista não explicita a instância responsável pela avaliação, mas essa sequência é antecedida imediatamente pelo seguinte trecho: “Examinada de perto, a construção do túnel que abrigará o futuro metrô de Fortaleza suscita dúvidas que o governo do Ceará gostaria que ficassem eternamente ocultas debaixo da terra. A principal delas diz respeito à incrível elevação que o preço da obra sofreu ao longo dos anos.” Esse trecho esclarece que a previsão realizada na sequência narrativa não pode ser atribuída ao jornalista, mas sim ao governo do Ceará.

d) um esclarecimento.

- (09) (EI) Na noite de 31 de dezembro, quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, (Com) a garoa começou. Durante a madrugada, virou chuva grossa e, no início da tarde do dia 1º, o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava. (Av) “Ele subia 50 centímetros a cada meia hora”, lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. (Res) Na madrugada do dia 2, com dezenas de casas submersas, a luz da cidade teve de ser desligada para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco.

Na avaliação dessa sequência, a prefeita de São Luiz do Paraitinga dá ao jornalista e aos leitores da reportagem um esclarecimento sobre a elevação do nível do rio que passa pela cidade, elevação mencionada na complicação.

e) uma contestação.

- (10) (EI) No último dia 5, (Com) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despençou. Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. (Res) Três delas morreram. Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira. (Av1) O governo gaúcho atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí. Por essa versão, o rio subiu até a pista, que se partiu. (Av2) Os sobreviventes dão outro testemunho. "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto", diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos.

Nessa sequência, há duas avaliações. A segunda (Av2) apresenta integrantes da população contestando o esclarecimento dado pelo governo gaúcho na primeira avaliação (Av1). Essa sequência é interessante, porque mostra que, por meio do episódio avaliação, o jornalista pode encenar um confronto de diferentes pontos de vista.

- (11) (EI) Na divisa entre os estados de Alagoas e Bahia, está sendo escavado o Canal Adutor do Sertão, que vai desviar as águas da Bacia do São Francisco para o interior alagoano. Licitado em 1992, o canal só começou a ser construído dez anos depois. (Com) Agora, foi posto em xeque pelo TCU. Os fiscais esmiuçaram o destino de 245 milhões de reais empregados na obra e apontaram que, desse montante, 37 milhões de reais haviam sido gastos sem nenhuma justificativa. (Res) A construtora Queiroz Galvão foi obrigada a contratar um seguro para garantir que devolverá essa soma aos cofres públicos caso seja condenada em definitivo. (Av1) O secretário de Infraestrutura de Alagoas, Marco Fireman, tenta apagar o incêndio. (Av2) Segundo ele, o problema é que o TCU exige preços baixos demais, fora da realidade. "Nosso serviço não se encaixa nesses balizadores, porque a obra é cheia de especificidades. O que fazemos aqui é diferente", diz.

Essa sequência é semelhante à anterior, porque também apresenta a encenação de um confronto de pontos de vista diferentes. Entretanto, nesta o jornalista confronta o

ponto de vista de um personagem com o seu próprio ponto de vista. Assim, antes de apresentar a declaração do secretário de Infraestrutura de Alagoas, na segunda avaliação (Av2), o jornalista, na primeira (Av1), já busca direcionar a interpretação do leitor, informando que a declaração do secretário é uma tentativa de “apagar o incêndio” provocado pelo atraso na obra de construção do Canal Adutor do Sertão.

Esse é um exemplo interessante de como duas avaliações justapostas podem permitir ao jornalista atender a duas exigências diferentes, próprias do gênero reportagem. Por meio da primeira avaliação, cujo responsável é o jornalista, ele busca evidenciar um ponto de vista que poderia ser compartilhado pelo leitor, o qual assume o papel social de cidadão interessado, entre outras coisas, no uso adequado do dinheiro público (CUNHA, 2009, 2013). Essa avaliação lhe permite, assim, atender à exigência de captação. Entretanto, se apenas expressasse seu ponto de vista, o leitor poderia acusá-lo de não ser imparcial, de opinar sobre uma declaração que nem foi exposta ao julgamento do leitor. Para contornar essa ameaça e atender à exigência de credibilidade, o jornalista traz a segunda avaliação, por meio da qual expressa a declaração que motivou a sua opinião.

Contrariando a crença de que no gênero reportagem o jornalista se limita a apresentar o fato de forma objetiva e imparcial, sem revelar seu ponto de vista (LAGE, 2009), os resultados do estudo apresentado em Cunha (2013) mostraram que o jornalista é a instância enunciativa que assume a maior parte das avaliações (46/85 (54,11%)).

Os resultados mostraram também que, na avaliação cuja instância responsável é o jornalista, a ação que este mais realiza é a de criticar. Das 46 ocorrências, 18 (39,13%) apresentam o jornalista realizando críticas.

Se críticas realizadas pelo jornalista poderiam, a princípio, abalar sua credibilidade junto ao leitor, é preciso levar em conta, no entanto, que a figura de leitor a quem ele se dirige é a do cidadão interessado no bem comum. Por essa razão, avaliar negativamente a conduta de uma empresa que, por exemplo, usou recursos públicos de modo inadequado pode não constituir ameaça para a credibilidade do jornalista. Nesse sentido, uma crítica pode ser um recurso que permite a ele atender à exigência de captação, já que por meio dela o jornalista demonstra compartilhar o ponto de vista que acredita ser o do leitor/cidadão.

Definido o episódio avaliação, é possível no próximo item tratar das marcas linguístico-discursivas que caracterizam esse episódio do tipo narrativo da reportagem.

#### Aspectos linguístico-discursivos

Como exposto, na segunda etapa da pesquisa apresentada em Cunha (2013), foi estudada uma série de marcas que permitem caracterizar cada um dos episódios componentes do tipo narrativo da reportagem. Neste item, tratamos das marcas que caracterizam o episódio avaliação. Apresentamos os elementos com os quais os jornalistas, ao escreverem sequências narrativas em reportagens, procuram evidenciar que, em dado ponto das sequências, sua finalidade é expressar um ponto de vista próprio ou alheio em relação a acontecimentos expressos geralmente no episódio complicação.

#### Emprego dos tempos verbais

Todos os episódios apresentam muitas formas verbais no presente. Mas o episódio que apresenta uma maior concentração de verbos no presente é a avaliação. Isso se explica pela natureza do episódio, o qual, como mostrado no item anterior, é especializado em apresentar o ponto de vista do jornalista ou de personagens do mundo representado. Ao apresentar seu ponto de vista, um personagem, seja o jornalista, seja um especialista ou uma testemunha, expressa opiniões, esclarecimentos ou reclamações que são concomitantes ao momento presente em que fala. Ou seja, essas opiniões são apresentadas como sendo válidas ainda *agora*, no momento de publicação da revista.

Assim, ao dizer “Queremos que o Exército pague os remédios dele”, a mãe de um jovem torturado por militares expressa um desejo que é concomitante ao momento presente em que fala ao jornalista.

O uso de verbos no presente constitui, assim, um recurso importante para fazer parecer que os acontecimentos verbalizados são bastante atuais. Com esses verbos, é possível amenizar a defasagem temporal entre a emergência de um acontecimento e a

sua verbalização em uma produção discursiva. Essa defasagem é característica dos suportes impressos e tem sido apontada por estudiosos como uma das razões de perda de consumidores para outros suportes, como televisão e internet (HERNANDEZ, 2006). Assim, para fazer parecer que os acontecimentos têm ressonância e importância no momento da leitura, os jornalistas empregam verbos flexionados no presente.

#### Relações de discurso

Na tentativa de convencer o leitor sobre um determinado ponto de vista, o autor de um texto realiza diferentes manobras linguageiras, que se refletem na forma como as porções discursivas se articulam hierarquicamente, uma porção assumindo diversas funções em relação à outra. Assim, por meio das porções do texto, ele pode introduzir argumentos para reforçar um ponto de vista, rejeitar uma ideia com a apresentação de contra-argumentos, comentar partes de seu texto, reformular ideias, tornando-as mais claras para seu ouvinte/leitor, enumerar os sucessivos eventos de uma narração etc (ROULET, 2006, CUNHA, 2010, 2012). Vê-se, então, que, na construção do texto, o autor vai articulando as informações por meio de diferentes relações de discurso: argumento, contra-argumento, comentário, topicalização, tempo, etc.

Nas sequências narrativas de reportagens, comentar é uma ação que os jornalistas realizam com frequência. No nível global das reportagens, a avaliação é um episódio que funciona de modo recorrente como comentário em relação a outros episódios. Por meio da avaliação, o jornalista pode apresentar algum personagem comentando acontecimentos expressos no episódio anterior, como ocorre nesta sequência:

- (12) (Su) Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, o governo não faz esforço para conter suas despesas. (EI) No ano passado, (Com) os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, 17% a mais que em 2008. (Av) “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. Tem de haver redução de gastos e, eventualmente, aumento de arrecadação”, diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil.

Nessa sequência, o jornalista, após mencionar os problemas econômicos enfrentados pelo governo venezuelano, traz na avaliação o comentário de um economista.

Mas, como vimos no item anterior, muitas vezes o responsável pela avaliação, que vai exercer a função de comentário, é o próprio jornalista:

- (13) (EI) Apenas em 2005 se começou a tirar a ideia do papel, (Com) mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, (Av) promovidas pelos chatos de plantão.



Nessa sequência, que trata da fiscalização dos quiosques na orla do Rio de Janeiro, é o próprio jornalista quem comenta a complicação, criticando, na avaliação, a atitude dos *chatos* que, por meio de pendências judiciais, impediram a instalação de novos quiosques.

No interior de cada episódio, os enunciados costumam se articular mais por meio de algumas categorias de relações de discurso e menos por outras. A avaliação apresentou uma concentração elevada de relações de comentário e de argumento, como mostra este exemplo.

- (14) (EI) Diante das reclamações de moradores, (Com) a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com uma ação pedindo a suspensão das remoções até que o processo seja discutido com a população. (Av) “Estamos falando de pessoas, e não de objetos que podem ser removidos de um lugar para o outro. Eles querem sair do local, mas com um mínimo de dignidade”, afirma Carlos Henrique Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria. Ele também lembra que deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema, “você tira a pobreza de um lado e coloca do outro”.

Em relação aos outros episódios, a avaliação dessa sequência funciona como um comentário sobre a decisão da Defensoria de suspender a remoção de moradores de uma área de risco. No interior da avaliação, o jornalista traz a declaração de um funcionário da Defensoria, o qual justifica a decisão, por meio do argumento de que “Estamos falando de pessoas, e não de objetos”. Em seguida, o jornalista apresenta, em discurso indireto, outra declaração desse funcionário, na qual traz novo argumento para defender essa decisão: “Ele também lembra que deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema”. E, para mostrar ao leitor que o funcionário disse isso mesmo, o jornalista “mostra” a fala dele, em trecho que funciona como uma paráfrase em relação ao que havia sido dito antes: “você tira a pobreza de um lado e coloca do outro”. Como se percebe, o jornalista estabelece diferentes relações de argumento entre as informações expressas na avaliação para justificar a decisão da Defensoria.

Essa característica da avaliação de apresentar muitas relações de argumento e de comentário encontra duas explicações complementares. Em primeiro lugar, a natureza referencial desse episódio, especializado em apresentar esclarecimentos, críticas e denúncias, justifica um perfil relacional<sup>2</sup> mais comentativo e argumentativo. Em segundo lugar, a função de comentário que a avaliação costuma exercer na macroestrutura do texto pode levar seus enunciados a se articularem por relações de comentário e de argumento.

### Uso de expressões nominais

---

<sup>2</sup> A noção de perfil relacional diz respeito à predominância, em dada produção discursiva, de relações pertencentes a uma categoria determinada (ROULET, 2003).

A produção de um texto como uma reportagem envolve a constante introdução de novas informações e, ao mesmo tempo, a retomada de informações já introduzidas em partes anteriores do texto. Dessa forma, produzir um texto implica dois movimentos: trazer novas informações e recuperar informações já dadas. Esses movimentos deixam marcas no texto, as quais, além de indicarem se a informação é nova ou antiga, revelam nosso ponto de vista em relação à informação a que nos referimos (NEVES, 2006).

Na avaliação das sequências narrativas de reportagens, informações já dadas costumam ser retomadas por expressões plenas (expressões nominais). Nessas retomadas, a escolha da expressão revela muito do posicionamento do jornalista em relação à informação retomada, evidenciando que “as escolhas lexicais são pistas do lugar social e ideológico de onde os sujeitos enunciam, da posição que ocupam em um dado discurso” (CAVALCANTI, 2008: 246). É o que ocorre nesta sequência narrativa:

- (15) (Su) Poucas horas depois, as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder. (Com) Por meio de uma câmera de celular, parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico para asfixiar sua vítima, que desmaiou. (Res) Diante da barbárie registrada em vídeo, Araújo foi demitido e responderá a processo. (Av) Na maioria das vezes, no entanto, os agressores ficam impunes.

Considerando que o leitor previsto pelo jornalista é o cidadão, que considera que as instituições públicas e privadas devem estar a serviço da construção de uma sociedade democrática (WOLTON, 2004), o jornalista, na sequência acima, pode categorizar as pessoas que cometem a tortura como *agressores*.

É o que ocorre também em sequência já apresentada e reproduzida a seguir:

- (16) (EI) Apenas em 2005 se começou a tirar a ideia do papel, (Com) mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, (Av) promovidas pelos chatos de plantão.

Na avaliação, o jornalista categoriza como *chatos de plantão* as pessoas que, por meio de pendências judiciais, impediram a instalação de novos quiosques na orla do Rio de Janeiro. Essa forma de categorizar um referente revela o posicionamento favorável do jornalista à instalação dos novos quiosques e sua opinião desfavorável em relação às pessoas que promoveram pendências judiciais contra esses quiosques.

Polifonia

Nas avaliações de sequências narrativas de reportagens, é muito comum o jornalista representar a voz de personagens por meio do discurso direto. De modo geral, essa forma de discurso representado permite a ele expressar o discurso de diversas fontes (testemunhas de catástrofes naturais, policiais, funcionários de instituições, etc), fazendo parecer que entre elas e o cidadão não há qualquer intermediário.

Esse efeito é possível, porque o discurso direto se caracteriza por fazer parecer que o narrador reproduz exatamente as palavras ditas em outra situação. Nesse sentido, ela “é um simulacro da enunciação construído por intermédio do discurso do narrador” (FIORIN, 2010: 72). Entre os autores que tratam dessa forma de discurso formulado, é consensual a ideia de que o discurso direto imprime ao texto uma maior objetividade, exatamente por fazer parecer que é o outro que fala. A sequência abaixo exemplifica essa observação:

- (17) (Su) Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, o governo não faz esforço para conter suas despesas. (EI) No ano passado, (Com) os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, 17% a mais que em 2008. (Av) “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. Tem de haver redução de gastos e, eventualmente, aumento de arrecadação”, diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil.

Ao representar de forma direta, na avaliação, o discurso de uma economista sobre a economia da Venezuela, o jornalista, ao mesmo tempo, faz parecer que o cidadão tem acesso direto à declaração da economista e reforça a autenticidade e a veracidade das informações expressas antes da declaração.

Nas sequências narrativas, os segmentos de discurso direto ocorrem principalmente entre aspas e seguidos de verbo *dicendi* (*diz, conta, lamenta, avalia*, etc), como no exemplo anterior. Maingueneau (1996) observa que a importância desses verbos está na influência que podem exercer sobre a interpretação do leitor. Afinal, como mostra Marcuschi (2007), o narrador, por meio desses verbos, pode valorizar, recriminar, reprovar um discurso representado e, conseqüentemente, a instância responsável por esse discurso.

Além do discurso direto materializado por verbo *dicendi*, outras formas também ocorrem. É comum ocorrer o que Maingueneau (2008) chama de “ilhas enunciativas”. São fragmentos, palavras isoladas, sintagmas e enunciados completos entre aspas, cuja função é trazer para o interior do discurso produzido pelo narrador uma expressão atribuída a um personagem, como ocorre na avaliação desta sequência:

- (18) (EI) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, (Com) só se gastou 1,17% em ações preventivas.] (Av) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil.

Segundo Ramos (2007: 62), as ilhas enunciativas “estão ao serviço da criação de um forte ‘efeito de real’, pelo contraste com o co-texto imediato e pela ilusão de verossimilhança associada ao discurso directo”.

Nas avaliações presentes nas sequências narrativas de reportagens, também são comuns ocorrências de discurso indireto. Em Cunha (2013), constatou-se que, depois da avaliação, a complicação é o episódio que apresentou a maior quantidade de segmentos de discurso indireto.

Esse resultado é interessante, porque revela as duas funções básicas que o discurso indireto assume nas sequências narrativas de reportagens. Primeiro, o narrador representa o discurso do outro para apresentar, na complicação, o acontecimento central da narrativa. Depois, ele representa o discurso do outro, para apresentar esse outro comentando, na avaliação, esse mesmo acontecimento. Procedendo dessa forma, o jornalista se apresenta como alguém que tem por função deixar os outros falarem, apresentar pontos de vista diferentes do seu, promover um confronto de pontos de vista, o que contribui para a construção de um efeito de objetividade e de imparcialidade. A sequência abaixo ilustra essas duas funções:

- (19) (EI) Na semana passada, depois de sobrevoar de helicóptero o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas, (Com) o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense. (Av) O ministro admitiu que, em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas. A maior parte do orçamento serviu para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina, cujo Vale do Itajaí foi arrasado pelas chuvas no fim de 2008.

Na complicação, o jornalista apresenta um ministro anunciando a liberação de verbas para a reconstrução de áreas castigadas por chuvas. Na avaliação, o jornalista apresenta o mesmo ministro admitindo que, no ano anterior em relação à data do anúncio, o governo federal gastou menos do que o esperado com assistência contra acidentes naturais.

#### Considerações finais

Neste trabalho, apresentamos um estudo da avaliação jornalística, investigando os procedimentos por meio dos quais o jornalista avalia os acontecimentos e os personagens neles envolvidos. Vimos que o ato de avaliar é tão constante nas narrativas das reportagens impressas que é possível defender que um dos episódios constituintes

do tipo narrativo da reportagem é a avaliação. Além disso, esse episódio, nas sequências narrativas, se materializa por meio de segmentos que se caracterizam por um conjunto de marcas linguístico-discursivas, com as quais o jornalista procura guiar a interpretação do leitor, provocando determinados efeitos de sentido.

Com este trabalho, procuramos evidenciar que a imparcialidade e a objetividade, noções tão utilizadas para caracterizar o discurso jornalístico, não passam de um mito. Por meio de seu discurso, o jornalista é inevitavelmente levado a revelar sua postura diante do mundo que representa e não apenas mostra. Nas sequências, a (re)construção dos acontecimentos é feita em função dos conhecimentos, dos valores e das crenças do jornalista, bem como de restrições de toda ordem do veículo de comunicação para o qual trabalha. Por isso, mesmo o uso de marcas que contribuem para provocar um efeito de objetividade é guiado pela subjetividade de alguém que, situado em um determinado momento histórico, procura levar o outro, também situado historicamente, a interpretar um acontecimento de determinada forma, para agir de determinada maneira.

Com este trabalho, procuramos contribuir, então, para uma melhor compreensão do modo como os jornalistas representam a realidade nas narrativas das reportagens e do modo como o ato de avaliar está profundamente articulado a essa representação.

#### Referências

BURGER, M. La gestion des activités: pratiques sociales, rôles interactionnels et actes de discours. Cahiers de linguistique française, v. 26, p. 177-196, 2004.

CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, A. R. (org.); SALGADO, L. (org.) Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, 2008, p. 173-184.

CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, G. X. O sequenciamento de textos como estratégia discursiva: uma abordagem modular. 2008. 250f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CUNHA, G. X. O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político. In: NETO, F. K. (org.); RUFINO, J. A. (org.); BAPTISTA, M. R. (org.) Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos. Barbacena: EdUEMG, 2009, p. 81-95.

CUNHA, G. X. A função de conectores argumentativos no texto da proposta curricular de Minas Gerais. Alfa: Revista de Linguística, v. 54, 2010, p. 203-222.

- CUNHA, G. X. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 14, p. 73-97, 2012.
- CUNHA, G. X. 2013. A construção da narrativa em reportagens. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- FIORIN, J. L. As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2010.
- HERNANDES, N. A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'énonciation: de la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1997.
- LAGE, N. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- MAINGUENEAU, D. Elementos de linguística para o texto literário. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: MARCUSCHI, L. A. Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 146-168.
- MARINHO, J. H. C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista da Anpoll*, v. 16. p. 75-100. 2004.
- NEVES, M. H. M. Gramática e texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- PENA, F. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- RAMOS, R. Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo. *Linguagem em (Dis)curso*. v. 7, n. 1, p. 45-70, 2007.
- ROULET, E. Une approche modulaire de la problematique des relations de discours. In: MARI, H. et alii. Análise do discurso em perspectivas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003, p. 149-178.
- ROULET, E. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K (Ed.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 115-131.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours. Berne: Lang, 2001.

VAN DIJK, T. News as discourse. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

WOLTON, D. Pensar a comunicação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 200